

**O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA E AS VARIEDADES
LINGUÍSTICAS: REFLEXÕES NECESSÁRIAS
NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Lorrane Estacio do Prado da Silva (UNIFSJ)

lorraneestacio10@gmail.com

Solange Maria Souza Teixeira (UNIFSJ)

solangemaria22@outlook.com.br

Victória Henrique Picanço (UNIFSJ)

victoria.h.picanco@gmail.com

Monique Teixeira Crisóstomo (UENF)

monikebj@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a importância de se trabalhar com as variedades linguísticas nas aulas de língua materna (LM) e como o ensino de língua pode ser mais produtivo e reflexivo para os educandos a partir desse enfoque, uma vez que passam a ter domínio de variedades que não fazem parte de seu contexto sociocultural e adquiram a competência comunicativa. Será retratado também como a temática da variedade linguística é pouco abordada pelos livros didáticos de Língua Portuguesa, não enfatizando a importância dessa discussão ao longo da reflexão de vários conteúdos. Assim, analisaremos livros didáticos de Língua Portuguesa para reforçar como se dá o trabalho com as variedades linguísticas nos manuais didáticos. Para isso, discutimos os conceitos de variedades linguísticas, de competência comunicativa e como as variedades são abordadas nos livros didáticos de Língua Portuguesa. Para fundamentar as discussões, foram utilizados os pressupostos teóricos da Linguística, da Sociolinguística e de estudos sobre os livros didáticos de Língua Portuguesa, valendo-se de importantes estudiosos do tema, como: Bagno (2009, 2015), Coracini (2011), Batista e Rojo (2003), dentre outros.

Palavras-chave:

Ensino. Língua materna. Livro Didático. Variedade linguística.

ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of working with language varieties in Mother Language (LM) classes and how language teaching can be more productive and reflective for learners from this focus, once they pass have mastery of varieties that are not part of their sociocultural context and acquire communicative competence. It will also be portrayed as the theme of linguistic variety is little addressed by Portuguese language textbooks, not emphasizing the importance of this discussion throughout the reflection of various contents. Thus, we will analyze Portuguese language textbooks to reinforce how happens the work with the linguistic varieties in the textbooks. For that, we discuss the concepts of linguistic varieties, communicative competence and how varieties are approached in Portuguese language textbooks. To support the discussions, we used the theoretical assumptions of Linguistics, Sociolinguistics and studies on

Keywords:

Teaching. Textbook. Linguistic variety. Mother language.

1. Considerações iniciais

No cenário educacional brasileiro, muitas mudanças já ocorreram no que tange às políticas linguísticas, buscando um ensino-aprendizagem de língua materna mais eficaz e produtivo. No entanto, isso ocorre de maneira muito lenta e, até mesmo em muitos momentos, insuficientemente.

Como exemplo desse contexto, abordaremos como o trabalho com as variedades linguísticas são importantes no ensino de língua, uma vez que proporciona que o educando amplie sua competência linguística, principal objetivo no ensino de língua materna. No entanto, esse trabalho em sala de aula com as variedades ainda ocorre de forma superficial e insuficiente, sendo sua abordagem realizada, na maioria das vezes, somente quando o livro didático o aborda, o que traz prejuízos para os alunos.

Dessa forma, cabe ao professor ter a consciência de como é importante trabalhar com as variedades linguísticas nas aulas de língua materna e que a abordagem do conteúdo vai muito além do que o material didático propõem, que é para ser trabalhado todas as vezes em que sentir a necessidade surgidas nas aulas e não apenas em uma pequena seção trazida pelo manual didático.

2. Variedade Linguística: manual de instrução

Nos estudos do campo da Linguística há muitas discussões a respeito da dicotomia língua e linguagem, que vem sendo trabalhada desde a publicação da obra *Cours de linguistique générale*, de Saussure (1916). Tais concepções retratam, respectivamente, a língua como objeto de estudo da linguística, sendo percebida para além de um órgão físico articulador, mas também como um “produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1916, p. 17), ou seja, a tem como o resultado dos fundamentos do ato comunicativo que foram aceitos entre emissores e receptores de maneira individual para a amplitude comunicativa. A linguagem de maneira indi-

vidual, sem comprometer sua necessidade, é

multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe inferir sua unidade. (SAUSSURE, 1916, p.17)

Portanto, entende-se que é um arranjo repleto de possibilidades, pois ao mesmo tempo que é uma unidade, é distinta, heterogênea e manifesta-se de acordo com a necessidade comunicativa (seja corporal, artística, escrita, entre outros). Além disso, realiza-se pelo domínio individual (do receptor e emissor) ou social (interação entre os locutores).

Tais definições de língua e linguagem, trazidas são da escola teórica estruturalista (sistema que obedece a princípios da gramática tradicional), antecedem aos estudos textuais e funcionais da linguística. Mas são relevantes para o ensino aprendizagem das variedades linguísticas. Segundo Bagno (2009, p. 42), “Tudo que acontece numa língua viva, falada por seres humanos, têm uma razão de ser”. De modo que, a Língua Portuguesa (LP) não se limita apenas à ideologia purista que fora empregada por causa da historicidade e elos econômicos nela envolvidos. A língua é um complexo de contextos e não só pretextos. Está além da forma e regras empregadas. A estrutura é relevante, porém é necessário compreender quando será fundamental apresentá-la para não cair no preconceito linguístico.

3. *Qual a importância do trabalho com a variação linguística no ensino de língua materna?*

Valores oriundos dos estudos sobre a variação linguística necessitam ser cultivados a partir da educação infantil e do ensino fundamental. A conscientização sobre a língua e sua grande variedade pode ser um ponto de partida, iniciando do questionamento que a variação é inerente à própria comunidade linguística e que qualquer comunidade, seja qual for, apresenta variações na fala, ou seja, a língua não é homogênea, ela varia de acordo com diversos fatores que influenciam o seu funcionamento como: status social, profissão, grau de instrução, sexo, estilo pessoal, contexto, região de origem, entre outros. Assim, sendo ela é viva e dinâmica, está em constante movimento, em permanente transformação, compreendendo em sua essência princípios como, por exemplo, o de instrumento constitutivo de identidade individual e coletiva.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Contemplando orientações como essas, a prática pedagógica abordada em sala de aula não seria aquela voltada, exclusivamente, para o ensino de gramática tradicional, porém para a que busca atingir uma aprendizagem eficiente, intencionando ajudar o aluno a compreender a realidade por meio de suas variedades, refletindo sobre a estrutura de sua língua e seu funcionamento. Desta forma, contribui também para que o aluno receba uma educação linguística crítica e bem informada, que permita mostrar que todos os seres humanos são dotados das mesmas capacidades cognitivas e que todas as línguas e variedades linguísticas são instrumentos perfeitos para dar conta de expressar. Além de tudo, o conhecimento e a valorização à pluralidade cultural contribuem para que evite a propagação avançada de preconceitos linguísticos.

O preconceito linguístico é mais perverso do que se deixa entender no seu sentido superficial, muito mais do que desrespeito às diversas formas linguísticas, ao sotaque, ao modo de falar das pessoas ou ao prestígio de uma forma linguística em relação à outra. De acordo com Bagno (2015), não é difícil notar que o acesso a formas prestigiadas de falar é algo reservado a poucas pessoas, o que intervém razões como de ordem política, econômica, social e cultural e, que o mesmo ocorre quando se trata da alimentação, da saúde, da educação, do transporte e do acesso às novas tecnologias etc.

Assim, questões linguísticas estão inteiramente relacionadas a fatores como esses supracitados, e por isso, conseqüentemente, o preconceito linguístico está enraizado em questões como de ordem racial, socioeconômico e etc. Mais especificamente, ele está voltado, quando se observa mais a fundo, no olhar que o indivíduo tem em relação às formas linguísticas empregadas pelo outro a partir da observação de sua condição econômica e posição social situada. Dessa forma, mergulhar no campo da análise dos preconceitos linguísticos é levar o aluno a pensar e discutir várias questões importantíssimas no que se refere, por exemplo, ao respeito ao próximo.

Abordar a variação linguística no ensino de língua materna abre portas para uma aprendizagem mais reflexiva e também acolhedora, em que parte do princípio de abraçar as formas linguísticas inerentes de todo indivíduo, de cada aluno e, a partir disso, abrir portas para várias dimensões linguísticas, a fim de desenvolver alunos competentes linguisticamente que adquiram domínio da expressão oral e escrita nas diversas situações de uso, método diferente do ensino gramatical. Como afirma Bagno (2015, p. 156), o ensino tradicional em vez de incentivar o uso das

habilidades linguísticas do indivíduo, deixando ele se expressar livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva, cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade, de incompetência.

Portanto, o ensino abrangedor da variação linguística auxilia no processo de inclusão e no desenvolvimento das capacidades cognitivas, devido trabalhar com as adequações de uso. Além de que, sendo um ensino dinâmico e reflexivo, colabora para que as aulas de língua portuguesa alcancem sucesso em seu objetivo principal. Pois como afirma Bagno (2015, p. 170): “‘Ensinar português’ tem que ser, antes de mais nada, ensinar a ler e a escrever, onde a tarefa da educação linguística é a tarefa do letramento constante e ininterrupto dos alunos.”.

A ciência da linguagem evolui assim como todas as ciências evoluem, mudanças ocorrem devido a várias questões e isso é inevitável, por isso, assim como as outras áreas de conhecimento, os estudos linguísticos também estão sujeitos a serem questionados e reformulados constantemente. Unindo esta perspectiva a posição de um professor cientista e investigador que busca produzir seu próprio conhecimento linguístico teórico e prático, que abandona a velha atitude repetidora e reprodutiva de uma doutrina gramatical contraditória contribui para a prática de um ensino de língua materna mais produtivo.

O desenvolvimento da competência comunicativa deve ser um dos objetivos priorizados no ensino de língua portuguesa, pois é a aprimoração do repertório que disponibiliza a utilização de recursos comunicativos para desempenhar diversos papéis sociais que lhe cabem. Em outras palavras, trata-se da capacidade de adequar sua fala a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, às situações comunicativas diversas.

Além disso, deve-se ter o reconhecimento de que há usos especializados da língua que estabelecem práticas sociais de letramento, bem como, usos especializados que são práticas da cultura de oralidade. Bortoni-Ricardo aponta que um exemplo desses usos especializados é um carpinteiro (não alfabetizado) explicando a um aprendiz a técnica de construção de uma cancela de madeira ou de um mata-burro, e o outro é o de um comandante de um avião explicando o plano de voo aos passageiros. Em outras palavras, há diferentes usos específicos que são ricos, cada um em suas particularidades, que devem ser observados com devida importância e estudados.

Historicamente, foi Dell Hymes quem incluiu a noção de *adequação* no âmbito da competência. Em 1966, o sociolinguista norte-americano deu origem ao conceito de competência comunicativa a partir de uma reformulação. De acordo com Bortoni-Ricardo (2018, p. 73), para Hymes, o maior problema com o conceito de competência linguística reside no fato de que esse conceito não dá conta das questões da variedade da língua. Então, este foi um fato que contribuiu para que propusesse um novo conceito, o de competência comunicativa, que é bastante amplo para incluir não só as regras que presidem à formação das sentenças, mas também as normas sociais e culturais que definem a adequação da fala.

Este novo conceito tem uma relação estreita com as regularidades e as relações interpessoais. As pessoas vão adquirindo recursos comunicativos à medida que vão ampliando suas experiências na comunidade onde vivem e passam a assumir diferentes papéis sociais. No entanto, a escola tem um papel muito importante no processo de aquisição de recursos, no processo de facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos.

Antunes (2018, p. 108), ao discorrer a respeito de buscar a repensar o objeto de ensino de uma aula de português, propõe que questões referentes às definições das competências para o uso da língua, em circunstâncias de oralidade, de leitura e de escrita, pode ser um objeto de aprendizagem, o que é envolvente. Visto que, em outras palavras, sugere que a competência comunicativa deve ser vista como o polo central de aprendizagem no ensino de língua, como um dos principais fins.

Para Antunes (2018), a escola não tem outro objetivo

[...] senão chegar aos usos sociais da língua, na forma em que ela acontece no dia a dia da vida das pessoas, língua que somente acontece entre duas ou mais pessoas, com alguma finalidade, num contexto específico e sob a forma, desse ou daquele gênero. (ANTUNES, 2018, p. 109)

Assim, o objetivo da escola é aproximar o processo de ensino-aprendizagem de língua materna da realidade dos educandos, para que possam perceber como nossa língua é viva, heterogênea e mutável e, a partir disso, refletir sobre os fenômenos linguísticos.

4. O livro didático

O surgimento do livro didático (LD) no Brasil ocorreu a partir da Revolução de 1930, surgindo em 1937 as primeiras proposições do Esta-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do Novo com objetivo de expandir obras diretamente ligadas a fins educacionais. Com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), pertencente ao MEC (Ministério da Educação), foi subdividido em outro órgão com o intuito de “planejar as atividades relacionadas com o livro didático e estabelecer convênios com órgãos e instituições que assegurassem a produção e distribuição dos livros didáticos” (FREITAG, 1987, p. 6).

O Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM – é a política do Ministério da Educação que tem como objetivo mínimo a aquisição e a distribuição gratuita dos livros didáticos nas escolas públicas do Ensino Médio, apoiando o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula.

Ao longo das práticas docentes e acreditando ser a escola o melhor caminho para a educação da população, houve a necessidade de atualização do ensino de língua materna, sendo preciso partir de uma visão mais contextualizada e reflexiva no âmbito educacional, visando empreender e analisar as questões de abordagens dos livros didáticos, em especial o de Língua Portuguesa, verificando como este ensino se aplica nas escolas públicas.

Com intuito de garantir a qualidade dos livros didáticos proferidos ao ensino nas redes públicas, o Programa executa um processo de avaliação dessas obras. A cada três anos, o MEC, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, abre o edital em que determina os critérios pelos os quais os livros serão examinados, para então os editores interessados inscreverem suas obras.

É de extrema capacidade e importância que editores e autores desenvolvam ao longo da história da Educação brasileira, livros didáticos e conteúdos adaptados que se comuniquem com a realidade dos alunos e às mudanças de paradigmas, estando sempre conectados e atentos às alterações dos programas oficiais de ensino, renovações de currículos e inovações tecnológicas.

Para participar desse processo seletivo do Programa, os editores devem ficar antenados a alguns critérios, que dentre eles se destacam: evitar erros conceituais, publicidade e, principalmente, distanciar-se de qualquer tipo de preconceito seja à origem, raça, cor, gênero, idade, orientação sexual e linguagem.

O livro didático é consagrado em nossa cultura escolar. Por muitas das vezes, tem ocupado um papel primário chegando até ser considerado

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como a única ferramenta para auxiliar o trabalho na sala de aula no ensino de língua materna e entre os recursos didáticos, sendo utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico.

A presença massiva do LD nas escolas vem acarretado de uma política detentora de discurso de autoridade, que costumam cobrar dos professores a utilização diária do livro didático, reduzindo a possibilidade de trabalharem novos métodos. Duas são as razões desta presença massiva: primeira em virtude de ser, muitas das vezes, o único recurso didático e de informação na escola, acabando adquirindo estabilidade e conformidade ao definir abordagens, proporção e sistematização de conteúdos.

Em questão relativa à liberdade do LD, segundo Coracini (1999, p. 12): O quê e como ensinar/aprender, é o que acaba paralisando o fazer pedagógico, que segundo a autora, a estrutura e as práticas, mesmo quando o LD não é utilizado, acaba se refletindo no material produzido pelo professor, comprovando internalização de formas consagradas pelo LD, nacional e internacional.

A segunda, deve-se em torno da escrita e especialidade do LD, que faz com que ele seja apenas uma fonte de saber pronto, estático e acabado, na qual implica o professor a adotar formas sistemáticas e exigindo do aluno apenas a assimilação e, em muitos casos, as respostas idênticas ao manual do professor sem instigar no aluno a reflexão e seu senso crítico de responder tais questões. As atividades do LD não dão abertura à novas interpretações, pois a interpretação já está pronta, esperando apenas para ser dita ou escrita, essas atividades não dão margens a erros muito menos a posicionamentos e questionamentos.

“O texto tem uma estrutura e um sentido; a tarefa do aluno é captá-los” (GRIGOLETTO 1999, p. 70), os textos em algumas atividades toma o lugar de pretexto, que os alunos bastam transferir as respostas que estão em visão explícitas no texto ou senão às perguntas feitas exige apenas que o aluno decore as nomenclaturas gramaticais. Essa postura deixa à mostra a concepção da educação aí investigada, ou seja uma educação baseada na reprodução de conhecimentos.

Desde 1996, os livros didáticos vêm subindo de qualidade após a instituição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que por meio deste, o Ministério da Educação avalia, compra e distribui obras destinadas ao ensino das distintas disciplinas que compõem o currículo do ensino fundamental. Por incrível que pareça, ainda não detinha avaliação dos livros direcionados ao ensino médio (EM). Foi em 2004 que teve

início ao processo de avaliação do livro didático do EM (PNLEM) que abrangeu somente as disciplinas de língua portuguesa e matemática.

Este processo de avaliação do livro didático tem movimentado grande quantidade de linguistas e educadores à contribuírem de forma positiva e relevante para a construção de uma verdadeira política linguística efetuada por meio do livro didático. O PNLD é privilegiado no que diz respeito aos resultados das pesquisas e estudos concedidos nas boas universidades é aplicada de maneira saudável e importante nas práticas pedagógicas. Mas, apesar de todo esse percurso e visibilidade que o PNLD proporciona ao livro didático e todo o impacto que esse material didático tem nas salas de aula, percebe-se que o tratamento da variação linguística dentro do LD não ocupa seu lugar devido e continua um tanto problemático.

Percebe-se, em diversas obras, a vontade exuberante dos autores de combater o preconceito linguístico que, infelizmente, privilegiam apenas algumas variedades da língua, que dentre elas observa-se por alta valorização a multiplicidade linguística do português brasileiro e a norma padrão. Assim, prejudicando muito o trabalho em torno dos fenômenos de variação e mudança.

Os principais problemas encontrados nos livros didáticos permanece em torno da tendência em que os autores têm de tratar a variação linguística em geral como sinônimo de variedade regionais, rurais, pessoas que não obtêm um grau de escolaridade elevado ou, até mesmo, pessoas não escolarizadas, criando, assim, uma falsa suposição de que falantes urbanos e letrados utilizam da língua de modo mais “correto”, mais adjuntos à norma culta, e que no seu uso funcional da língua não há variações. Um ponto a ser discutido sobre essa falsa caracterização da variação linguística é a apresentação do personagem Chico Bento nos materiais didáticos para discernir a variação linguística como variedade regional, que de certo modo é utilizada inadequadamente nos livros didáticos.

O personagem Chico Bento é problematizado nos livros didáticos, porque a forma na qual é apresentado aos alunos não tem nenhuma índole exclusiva em suas falas de variedade rural, apenas falhas na tentativas de reprodução do falar “caipira”, ou seja, modificando nos exemplos dados no LD apenas a pronúncia, que é algo que evidentemente sofrem alterações por qualquer usuário da língua. Fica claro então, que esse meio de reproduções vastas é inadequada para um bom tratamento da variação linguística.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Outra prática muito frequente nos livros didáticos é a de propor nas atividades a reescrita da fala do Chico Bento, pedindo que o aluno “passe para a norma culta” que por vista é uma das práticas mais frequentes. Cabe ao professor ressaltar que a expressão “norma culta” é ambígua e problemática, mas, o maior problema não está aí. Se os materiais pedagógicos exigirem dos discentes que modifiquem a linguagem de Chico Bento para colocar “segundo a norma culta”, ele simplesmente deixará de ser o Chico Bento e, principalmente, não estará informando aos alunos sobre as variações linguística e, muito menos, a variação rural.

A personalidade do personagem está principalmente no seu linguajar, na maneira de se expressar, na sua visão de mundo da cultura rural, no seu apreço pela vida no campo, dentre outros aspectos a serem destacados. Se há alguma função pedagógica interessante a ser desenvolvida em torno do personagem Chico Bento, é precisamente o de valorizar as diferenças socioculturais que o personagem transmite, que é algo bem próximo da realidade de alguns alunos. O professor deve se apropriar de forma adequada, e utilizando esse meio linguístico em suas aulas para mostrar e tratar com os alunos as diferentes formas de variações da língua.

A atividade que manda “passar para a norma culta”, sendo preconceituosa no intuito de discriminar o personagem de Chico Bento por “falar errado”, criando a falsa expectativa nos discentes de uma língua perfeita, sem ser sujeita a mudança, algo que é totalmente distinto da realidade da linguagem ampla existente. Essa deficiência ainda encontrada nos LD acaba desvalorizando todo processo desenvolvido pela sociolinguística.

Há a possibilidade também de se trabalhar no ambiente escolar o estudo de variações linguísticas, outros recursos que não sejam a já surrada de explorar as revistinhas do Chico Bento, o mais importante de tudo é preservar o respeito pelas diferenças linguísticas, demandando que elas não são “erros”.

5. Metodologia

O livro didático de Língua Portuguesa intitulado como *Tecendo Linguagens*, do 6º ano do Ensino Fundamental, compõe o *corpus* de análise dessa pesquisa. A técnica utilizada é a de cunho bibliográfica, de ca-

ráter qualitativa, visto que foram realizadas pesquisas sobre a temática, selecionados materiais consistentes que contribuíram para que a análise fosse realizada. A seção selecionada do material didático foi a que aborda a temática variação linguística, correspondendo, dessa forma, às páginas 88-90.

6. Análise do livro didático

A parte em que o livro seleciona para tratar da variedade linguística corresponde a uma porção extremamente reduzida, pouco suficiente, visto a amplitude que se encontra nos estudos da variedade linguística. É insuficiente também o material trabalhado para discorrer sobre a temática, visto que o livro apresenta unicamente duas formas linguísticas, a formal e a informal, omitindo tantas outras.

A heterogeneidade está na própria língua e ela demonstra isso através da sistematização de diferentes variações (sociais, estilísticas) e isso acontece devido as gramáticas serem constituídas conforme as regras de funcionamento linguístico de cada comunidade, portanto, é extremamente particular e dinâmico às expressões linguísticas, podendo se alterar conforme as necessidades dos participantes. Ou seja, houve ausência de discussões sobre o que é variedade linguística nos tempos reais de estudo, sobre as dimensões pelas quais ela se desdobraram.

Cabe à escola introduzir essas importantes constatações no ensino de língua, quando se aborda acerca das variações linguísticas. No mais, o material didático aborda sobre a adequação linguística, porém também de uma maneira muito mínima e rasa, sem estímulos, não ampliando o assunto e não desenvolvendo no aluno essa habilidade tão necessária. Deve-se abordar um ensino contextualizado que se configura como aquele que aproveita dos conhecimentos adquiridos pela experiência vivida pelo aluno e o prepara, como demonstram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa, para o desenvolvimento da habilidade comunicativa, a fim de saber agir diante das necessidades de uso em meio virtual.

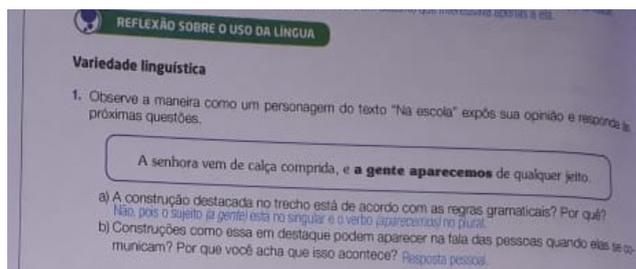
Além disso, observou-se a ausência de textos explicativos, muito mais que isso, textos explicativos mais profundos que levem o aluno a refletir sobre esse fenômeno, bem como a falta de atividades e exemplos consistentes.

O livro, no canto esquerdo da página, propõe ao professor quais

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

assuntos deve trabalhar em determinada questão. No entanto, o que se espera que o aluno responda na questão, não foi abordado em nenhum momento anteriormente, sendo nesta questão, e certamente na hora da correção, o primeiro contato que os educandos teriam com considerações como noção de que também há pessoas que usam uma variedade da língua que nem sempre seguem às regras da norma-padrão, que o acesso à escolarização influencia na apropriação de determinados usos, visto que fora da escola, diminuem-se as oportunidades de conhecê-la e utilizá-la; que a língua é dinâmica e que por isso passa por processos naturais de mudança e que seu uso se modifica de acordo com a situação, variando conforme o tempo em que se vive, o lugar onde se mora, a idade, a circunstância em que a produzimos etc. Sobre a existência de normas urbanas de prestígio ou variedades urbanas de prestígio que correspondem aos usos da língua mais associados à escrita, à tradição e as instituições como o Estado, a escola, as igrejas e a imprensa; e que a norma-padrão é um modelo idealizado de língua correspondente a um conjunto de regras veiculadas, sobretudo, pela gramática normativa.

Além disso, pôde-se identificar também certo preconceito linguístico nas atividades, pois a todo momento utilizam-se unicamente dos usos da língua falada para “explicar” a variedade linguística, se esquecendo que as variações também podem ocorrer na escrita.



(ARAÚJO; OLIVEIRA, 2018, p. 88)

Esse recorte da atividade de variação linguística apresentada no referido livro didático, nos permite observar certa abordagem tradicionalista do ensino de língua. A frase escolhida de forma isolada e descontextualizada discrimina as variações linguísticas existentes e contidas no uso da fala na oralidade. O uso de o “a gente” como uma irregularidade gramatical, não ensinam aos alunos as variedades, pois a expressão “a gente” nesse contexto foi empregada como “nós”. O LD cobrando apenas a identificação dessa construção de acordo com a gramática, desconsidera

a gramática internalizada do falante e as variações sofridas no ato comunicativo no contexto de interação, sendo assim, totalmente falho no que diz respeito ao ensino das variações linguísticas.

7. Considerações finais

Sabemos que muitas discussões já estão em pauta no meio acadêmico e escolar sobre as variedades linguísticas, que os LD já abordam o tema. No entanto, tudo isso ocorre ainda de maneira muito superficial no chão da escola, devido a vários fatores, como: falta de conhecimento do assunto pelos professores; a precariedade de formação continuada para os mesmos e materiais didáticos que abordam o tema de maneira camuflada.

Assim, é de extrema importância que os educadores tenham consciência de como o trabalho com as variedades linguísticas é importante no processo de ensino-aprendizagem de língua materna, uma vez que proporciona que se alcance o principal objetivo do ensino de língua: a aquisição, por parte dos alunos, da competência comunicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

ARAÚJO; Lucy Aparecida Melo; OLIVEIRA, Tania Amaral. *Tecendo linguagens: língua portuguesa: 6º ano*. 5. ed. São Paulo: IBEP, 2018.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 56. ed. revista e ampliada. São Paulo: Parábola, 2015.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. 2. ed. Campinas: Pontes: 2011.

FREITAG, Bárbara *et al.* *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília: INEP/REDC, 1987.

GERALDI, J.W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, J.W. (Org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Ática, 2004, p. 39-46.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo-SP: Contexto, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 4. ed. São Paulo-SP: Cultrix, 1972.